

A Agenda Pós-2015 A Sociedade Civil e o Futuro que Queremos Pautar na ONU

Alessandra Nilo e Damien Hazard

SETEMBRO 2014

- Passados quatorze anos do lançamento das Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, as Nações Unidas (ONU) enfrentam o desafio de definir e acordar os novos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), num contexto de crise econômica e financeira, de transformação da geopolítica mundial, de mudanças climáticas e ainda de crise alimentar, instabilidade social, conflitos armados e aumento das desigualdades em diversas partes do mundo.
- Diversas organizações brasileiras acompanharam os debates e tensões do processo, inclusive produzindo insumos para influenciar essa primeira fase de negociação entre os Estados-membros e em articulação direta com o governo brasileiro que, por sua vez, somente em 2014 instituiu um Grupo de Trabalho Interministerial para acordar posições, mas o diálogo com a sociedade civil ainda é incipiente e carece de canais formais para o debate.
- Sobre o estado da arte desse grande debate global sobre “desenvolvimento sustentável”, para a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong) os ODS são, sem dúvida, uma oportunidade de romper com o mantra, comprovadamente ineficaz, de que crescer economicamente será suficiente para alavancar um outro modelo de desenvolvimento sustentável. Porém pouco parece estar em curso para que seja revertida a atual tendência de manutenção do status quo que nos leva, sempre, a modelos insustentáveis e desiguais. Há, portanto, muito a ser feito entre outubro de 2014 e setembro de 2015, e a organizações da sociedade civil precisam incidir estrategicamente e mudar essa correlação de forças entre evoluir, estagnar ou retroceder.



Sumário

■ I. Apresentação	03
■ II. Introdução	04
■ III. ONU: O futuro pós-2015 já começou	05
• Para entender melhor	07
• Os resultados do Grupo de Trabalho Aberto (GTA)	08
■ IV. Engajamento da sociedade civil	12
• A participação em geral da sociedade civil na Agenda Pós-2015 e construção dos ODS	12
• A atuação das OSC brasileiras no debate dos ODS	13
• Atuar em parceria, ação fundamental do processo	15
• Considerações gerais	17
■ V. Algumas recomendações	17
■ VI. Comentários finais	19



I. Apresentação

Este documento trata sobre os processos de discussão e negociação em torno da criação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no contexto da Agenda Pós-2015, com o objetivo de contribuir para informar o conjunto das organizações da sociedade civil (OSC) e também subsidiar o seminário elaborado em parceria com as organizações Fundação Friedrich Ebert – FES e Artigo 19 nos dias 9 e 10 de setembro de 2014 “Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: o que está em jogo nestas negociações? Análises e estratégias da sociedade civil”. Ele busca relatar o processo no âmbito internacional, tendo como foco a dinâmica nacional.

O texto foi elaborado pela Abong – Associação Brasileira de ONGs, responsável por um processo de consulta em 2013, que reuniu cerca de oitenta organizações e movimentos e que, desde então, vem mobilizando organizações sobre o tema e realizando ações de incidência junto a governos (principalmente brasileiro), o que tem contribuído para ampliar o nível de conhecimento da sociedade sobre essa agenda.

O trabalho de articulação de atores sociais para discutir a Agenda Pós-2015 possibilitou à Abong se aproximar da Artigo 19, que vem trabalhando o tema com particular atenção à liberdade de expressão e de imprensa. Da mesma forma, propiciou o encontro com a FES na conjuntura da aproximação da 69ª Assembleia Geral da ONU e do encerramento da primeira fase de negociação dos ODS. Desses encontros surgiu a ideia de organizar um seminário para facilitar o diálogo entre organizações da sociedade civil sobre a agenda de desenvolvimento pós-2015 e de aproximar os resultados desse diálogo com o posicionamento oficial do governo brasileiro.

A redação do documento foi assumida por membros da direção da Abong que acompanham essa agenda e que coordenaram a consulta nacional. O trabalho foi assessorado pelos profissionais do escritório da Abong em São Paulo, das áreas de Assuntos Internacionais e Comunicação. O texto foi desenvolvido a partir da análise documental das

negociações, das atividades realizadas e dos conteúdos e reflexões produzidos a partir da participação de representantes da Abong e da Gestos nos espaços de negociação internacional, assim como do levantamento de informações junto a diferentes parceiros da sociedade civil.

Além desta *Apresentação*, os capítulos deste documento estão divididos da seguinte forma:

II. Introdução. Trata do contexto das Metas de Milênio e do processo que originou o debate dos ODS e sua operacionalização;

III. ONU: O futuro pós-2015 já começou. Informa sobre as negociações que levaram aos resultados do Grupo de Trabalho Aberto e do Comitê de Peritos em Financiamento Sustentável e das tensões que antecederam a realização da 69ª Assembleia Geral da ONU em setembro de 2014;

IV. Engajamento da sociedade civil. Discorre sobre a atuação das OSC no debate da Agenda Pós-2015 e de definição dos ODS, com foco no papel da Abong e de organizações brasileiras;

V. Algumas recomendações. Explora algumas das preocupações e propostas das OSC brasileiras sobre a segunda fase do processo, que inicia após a realização da 69ª Assembleia Geral da ONU.

VI. Comentários finais.

Recife e Salvador, setembro de 2014.



II. Introdução

Como seguimento à Declaração do Milênio, adotada em 2000, a Organização das Nações Unidas, conduzida na época por Kofi Annan,¹ estabeleceu os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) visando orientar os esforços da comunidade internacional para o desenvolvimento até o ano de 2015, tendo como linha de base o ano de 1990. São 48 os indicadores sugeridos pela ONU para avaliar a implementação de 21 metas distribuídas entre oito grandes objetivos: 1. Erradicar a pobreza extrema e a fome; 2. Atingir o ensino básico universal; 3. Promover a igualdade entre os性os e a autonomia da mulher; 4. Reduzir a mortalidade infantil; 5. Melhorar a saúde das gestantes; 6. Combater o HIV/Aids, a Malária e outras doenças; 7. Garantir a sustentabilidade ambiental; 8. Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento.

Além de se comprometer com esses objetivos, o Brasil ainda ampliou voluntariamente algumas metas (temos 24) e indicadores (60 nacionais), além de mapear as ações de governo que têm impacto sobre os ODM visando reforçar os resultados ou evidenciar situações que seriam imperceptíveis se somente considerados os indicadores delineados pela ONU.²

Apesar de todas as críticas – principalmente a de que eles focam em pobreza, mas não questionam a desigualdade e suas causas estruturantes – e mesmo longe de ser uma plataforma ideal de transformação, os ODM tornaram-se, sem dúvida, uma ferramenta estratégica para a missão das Nações Unidas³

1 <http://en.wikipedia.org/wiki/Kofi_Annan>.

2 <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1283:reportagens-materias&Itemid=39>.

3 O sistema ONU é composto por programas, fundos e agências especializadas e tem seis principais órgãos: o Conselho de Segurança, a Assembleia Geral (órgão principal e de caráter deliberativo em que participam todos os países membros, cada um com direito a voto), o Conselho de Tutela, a Corte Internacional de Justiça, o Conselho Econômico e Social e o Secretariado (tem funções administrativas e é dirigido pelo secretário-geral, eleito pela Assembleia por cinco anos, com direito a reeleição). Os Programas e Fundos reportam-se à Assembleia Geral e ao Conselho

de fomentar a paz entre os países, cooperar com o desenvolvimento sustentável, monitorar o cumprimento dos Direitos Humanos e das liberdades fundamentais. Acordados por 189 países, mesmo sem ser um acordo vinculativo (isto é, que se torna lei nacional ao ser firmado), é certo que os ODM ganharam atenção da opinião pública mundial e que bastante dinheiro⁴ foi mobilizado via campanha “Oito Jeitos de Mudar o Mundo”, resultado,⁵ principalmente, do importante papel da ONU no estímulo à cooperação internacional nas áreas econômica, social, cultural e humanitária e de sua contribuição via investimentos em áreas essenciais para o desenvolvimento humano.

O Relatório de 2014 da ONU⁶ analisa os recentes avanços e desafios no caminho para atingir os Objetivos. Intitulado “Uma vida de dignidade para todos”, nele, Ban Ki-moon aproveita para marcar uma forte mensagem: “A nossa geração é a primeira com recursos e conhecimento para acabar com a pobreza extrema e colocar nosso planeta em um curso sustentável antes que seja tarde demais”.

Segundo o relatório, os dados analisados mostram que globalmente a pobreza e a fome foram significativamente reduzidas, mas que os desafios continuam.

“Nas regiões em desenvolvimento, a proporção de pessoas

Econômico e Social (ECOSOC). As agências especializadas são independentes e vinculadas à entidade por acordos especiais, reportando-se diretamente ao ECOSOC. Mais informações: <<http://www.onu.org.br/conheca-a-onu/programas-fundos-agencias/>>.

4 O Fundo para Alcance dos MDG (Millennium Development Goals) tem orçamento em torno de U\$ 900 milhões e é um dos mecanismos de cooperação criados para apoiar a agenda (<www.mdgfund.org>).

5 Dados para os países individuais e a composição de todas as regiões estão no site <<http://mdgs.un.org>>.

6 Baseou-se em consultas online e nas informações dos relatórios do Painel de Alto Nível de Ban Ki-moon sobre Agenda para o Desenvolvimento pós-2015 <<http://www.un.org/sg/management/hlppost2015.shtml>>, do Pacto Global da ONU <<https://www.unglobalcompact.org/>>, das Comissões Regionais da ONU e da Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável <<http://unsdsn.org/>>.



que vivem com menos de 1,25 dólar por dia caiu mais da metade, de 47%, em 1990, para 22%, em 2010, com a maioria vivendo em áreas rurais. No entanto, grande parte deste progresso foi feito em poucos países, principalmente China e Índia. Além disso, mesmo que as metas da pobreza sejam alcançadas, 1,2 bilhão de pessoas ainda vivem em extrema miséria. (...), apesar do forte crescimento econômico recente e declínio das taxas de pobreza na África Subsaariana, o número de pessoas em condições de escassez de recursos aumenta e a região ainda é vulnerável a choques que podem prejudicar os avanços.

(...) A meta de reduzir para metade a porcentagem de pessoas que sofrem de fome até 2015 está perto do alcance. A proporção de pessoas subnutridas nas regiões em desenvolvimento caiu de 23,2%, no período de 1990 a 1992, para 14,9%, em 2010-2012. No entanto, uma em cada oito pessoas permanece cronicamente subnutrida e uma em cada quatro crianças sofre de atrofia do crescimento por causa da desnutrição.”

O relatório 2014 cita estratégias bem sucedidas, tais como como a junção entre crescimento econômico e políticas de redistribuição de renda importantes para o desenvolvimento na América Latina e África, as reformas no setor agrícola no leste asiático, que tiraram centenas de milhões da pobreza, assim como os programas na Ásia e América Latina, que combinaram aumento na produção e distribuição de alimentos com educação nutricional e distribuição de terra. Ele afirma que tais iniciativas foram importantes na redução da mortalidade infantil e melhora da saúde materna.

Apesar de insistir na necessidade de maior aceleração para fazer avançar os ODM até 2015, o relatório já dialoga diretamente com as discussões do pós-2015 e coloca, entre as prioridades da nova agenda, o “combate à desigualdade e exclusão, o empoderamento de mulheres e meninas, a educação e saúde de qualidade, o combate às mudanças climáticas, o aumento da contribuição positiva dos migrantes e os desafios da urbanização”.

Esse “diálogo” é extremamente importante e oportunista pois, apesar dos avanços, os recursos necessários (e as lideranças) se revelaram insuficientes para alcançar todos os objetivos definidos e, mesmo

com o mérito de ter apontado diretrizes para as políticas das Nações, não há como negar que os ODM têm importantes limites, desde a sua criação. Além de terem sido elaborados de forma centralizada pelo Secretariado da ONU, o que gerou muita resistência inicial, eles minimizaram a importância da justiça social e da sustentabilidade ambiental na sua concepção do desenvolvimento, focando na pobreza sem questionar a desigualdade. Além de ser uma agenda considerada reducionista num momento no qual as Nações Unidas consagravam seu Ciclo de Conferências Sociais dos anos 1990, os ODM deixaram de fora questões fundamentais como, por exemplo, uma já evidente epidemia global de violência contra as mulheres.

III. ONU: O futuro pós-2015 já começou

“A busca do planeta pela dignidade, paz, prosperidade, justiça, sustentabilidade e fim da pobreza chegou a um momento de urgência sem precedentes.” Ban Ki-moon, 2014

Sem dúvida, passados quatorze anos do lançamento dos ODM, o contexto atual – de agravamento da crise econômica e financeira nos Estados Unidos e na Europa, de transformação da geopolítica mundial, de mudanças climáticas e ainda de crise alimentar, instabilidade social, conflitos armados e aumento das desigualdades em diversas partes do mundo – impõe novos desafios para a humanidade.

Com base em dados e indicadores disponíveis, é possível afirmar o quanto a inequidade persiste e que, apesar da propalada “nova geopolítica” e de avanços para diminuição de pobreza extrema, a desigualdade global segue um insulto à condição humana, com um evidente aumento de informações, pesquisas e papers⁷ comprovando (e denunciando) os danosos impactos sociais de tamanha concentração em mãos de tão poucas pessoas.

Se em 2000 a situação era difícil, hoje ficou mais complexa, pois a pobreza não tem mais limites por fronteiras ou classificação de países. A pobreza existe em todo lugar, inclusive nos países desen-

⁷ 99% da riqueza mundial é possuída por apenas 29 mil indivíduos, segundo dados do Credit Suisse.



volvidos, como causa e consequência de relações desiguais de poder – em âmbitos político, social, de gênero, econômico ou racial.

O documento final da Cúpula dos ODM 2010 solicitou ao secretário-geral que levasse em consideração as questões relevantes para a futura agenda de desenvolvimento global pós 2015. E é a própria ONU, depois da primeira década de trabalho (Relatório 2011), que reconhece que empoderar mulheres, desenvolver-se industrialmente e em escala num modelo ecologicamente sustentável e proteger as pessoas mais vulneráveis de situações de emergência e das múltiplas crises e guerras, da volatilidade nos preços de alimentos e energia, seca, da chuva e tsunamis, tudo ao mesmo tempo, não é uma tarefa fácil, nem pequena.

É nesse contexto que, apesar de ter prazo de validade até 2015 e da insistência de muitos governos de que é necessário intensificar esforços para o cumprimento dos atuais ODM, o debate sobre o futuro pós-2015 capturou a agenda da ONU desde a Conferência sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, realizada no Brasil, em 2012. Ali, foi selado o acordo entre os Estados-membros de criar um conjunto de metas de desenvolvimento sustentável. Essas deveriam ter um número limitado, serem “aspiracionais” e fáceis de comunicar, abordando de forma equilibrada todas as três dimensões do desenvolvimento sustentável, em harmonia com a agenda de desenvolvimento das Nações Unidas.

Para tornar o debate possível e evitar que os novos objetivos ficassem exclusivamente sob responsabilidade do Secretariado da ONU, a Rio+20 estabeleceu dois processos intergovernamentais:

O *Grupo de Trabalho Aberto*,⁸ composto por Estados-membros, com mandato para discutir as questões centrais e, a partir dessas considerações, desenhar uma proposta de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, foi instituído em 22 de janeiro de 2013 por decisão da Assembleia Geral.⁹ Para seu funcio-

namento, usou-se um sistema de “círculo eleitoral de representação”. No início, a ideia era que o grupo fosse formado por apenas trinta países, mas, como muitos demandaram participar, a solução encontrada foi a de que alguns lugares deveriam ser compartilhados. Essas combinações resultaram na partilha de “assentos” entre países sem afinidades políticas em todas as áreas, gerando, em alguns casos, dificuldades em estabelecer posições comuns entre eles. Sob coordenação de dois co-presidentes, o Sr. Csaba Korosi, Representante Permanente da Hungria, e o Sr. Macharia Kamau, Representante Permanente do Quênia, o GTA trabalhou entre março de 2013 e julho de 2014. Seu relatório foi um fundamental componente para a 69ª Assembleia,

O Comitê Intergovernamental em Financiamento para o Desenvolvimento Sustentável. Por meio da Resolução 66/288, de 11 de setembro de 2012, a Assembleia Geral das Nações Unidas endossou a decisão expressa nos parágrafos 255 e 256 da declaração “O Futuro que Queremos”,¹⁰ resultado da Rio+20, que pedia a criação de um comitê de peritos em financiamento para o desenvolvimento sustentável, estabelecendo que este seria composto de trinta representantes de países e dos seus respectivos suplentes. O Comitê foi oficialmente criado em junho de 2013, com a aprovação das pessoas indicadas por região para compô-lo. No mês subsequente, ocorreu sua primeira reunião, que definiu sua metodologia de funcionamento e seus procedimentos formais. O Comitê teve um total de cinco sessões, cada uma composta de várias reuniões, incluindo tanto consultas abertas, quanto momentos de deliberação fechados à participação de quem não fosse membro. Foram trabalhados três conjuntos de temas:

I. Mapeamento de necessidades de financiamento, fluxos correntes e tendências emergentes e o impacto da conjuntura nacional e internacional;

II. Mobilização de recursos e seu uso efetivo:

⁸ Veja toda a agenda e informações sobre as sessões do GTA em <<http://sustainabledevelopment.un.org>>.

⁹ 67/555 (ver A / 67 / L.48 / Rev.1).

¹⁰ <<http://www.uncsd2012.org/content/documents/727The%20Future%20We%20Want%2019%20June%201230pm.pdf>>.



- a) Recursos nacionais (público e privado): aumentando eficiência e mobilizando recursos adicionais;
- b) Recursos externos (público e privado): aumentando eficiência e mobilizando recursos adicionais;
- c) Financiamento misto e novas iniciativas;

III. Acordos institucionais, coerência em políticas, sinergias e questões de governança.

Além do GTA e do Comitê de Peritos, a Rio+20 também criou o **Fórum Político de Alto Nível** (HLPF, de sua sigla em inglês). Os objetivos do HLPF são: (a) assegurar a liderança política e orientação sobre o desenvolvimento sustentável; (b) acompanhar e rever o progresso na implementação dos compromissos dos ODS; (c) reforçar a integração das dimensões econômica, social e ambiental do desenvolvimento sustentável e (d) enfrentar os desafios novos e emergentes do desenvolvimento sustentável. Espera-se que ele supervisione a aplicação do quadro de desenvolvimento pós-2015.

O Fórum Político de Alto Nível aprovou, em 9 de julho de 2014, uma Declaração Ministerial que também compõe o conjunto de documentos que influenciarão o relatório do secretário-geral e as decisões da 69ª Assembleia. Essa Declaração reafirma os princípios aprovados na Rio+20 e diz que uma abordagem integrada para a erradicação da pobreza e desenvolvimento sustentável deve promover a paz e a segurança, a governança democrática, o Estado de direito, a igualdade de gênero e os direitos humanos para todos. A declaração observa que um “processo pós-2015 transparente e centrado nas pessoas deve conter contribuições de todas as partes interessadas, incluindo a sociedade civil, instituições científicas, parlamentos, autoridades locais e setor privado”.

Entretanto, apesar de a resolução da Assembleia Geral que criou o HLPF ter disposições detalhadas sobre a participação da sociedade civil, organizações e movimentos sociais não tiveram acesso a informações críticas e documentos, e foram excluídos da observação das negociações informais do texto. A declaração final deixa muito a desejar no que diz respeito à garantia de um quadro de responsabiliza-

ção baseada em direitos e da participação da sociedade civil em futuras sessões do HLPF.

Para entender melhor

O documento final da Cúpula dos ODM 2010 solicitou ao secretário-geral que iniciasse um processo para “pensar” a agenda de desenvolvimento global para além de 2015. Esse processo foi “formalizado” com o documento final Rio+20 “O Futuro que Queremos”.

Além dos espaços de diálogo e negociações intergovernamentais, o secretariado da ONU criou um calendário com vários fluxos de trabalho envolvendo suas agências e a sociedade civil (com participação também dos governos), incluindo, por exemplo, consultas nacionais lideradas pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, PNUD, em mais de cem países e consultas temáticas online abertas à toda população.

O relatório do Grupo de Alto Nível do secretário-geral e o relatório de consultas nacionais e temáticas promovidas pela ONU subsidiaram a 68ª Assembleia da ONU (Set. 2013), que indicou os processos da “Agenda Pós-2015”, que será concluída com a adoção das novas metas globais de Desenvolvimento Sustentável em Setembro de 2015, durante uma reunião de Cúpula.

Também foram realizados “Diálogos Estruturados sobre Mecanismo de Facilitação de Tecnologia”. Como estipulado no documento final do evento especial da Assembleia Geral de 25 de setembro de 2013, os resultados desses diálogos orientarão a Assembleia Geral na elaboração da agenda de desenvolvimento pós-2015.

Finalizados os relatórios do Grupo de Trabalho Aberto, do Comitê de Peritos em Desenvolvimento Sustentável e do Painel de Alto Nível¹¹ o secretário-geral fará seu informe para a 69ª Assembleia que, por sua vez, definirá os passos seguintes da segunda fase da negociação.

¹¹ Agência de alto nível da ONU. Irá monitorar a implementação da agenda pós-2015.



Os resultados do GTA

A proposta do Grupo de Trabalho Aberto foi resultado de dezesseis meses de debate e seu documento final¹² foi aprovado na tarde de 19 de julho, após uma última rodada de negociações que durou ininterruptas trinta horas de tenso debate na sede da ONU, em Nova York. São dezessete as propostas de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que seguiram para a 69ª Assembleia, em setembro de 2014:

1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todas as partes.
2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável.
3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar de todos, em todas as idades.
4. Assegurar uma educação inclusiva de qualidade e equitativa e promover oportunidades de aprendizagem permanente para todos.
5. Alcançar a equidade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.
6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável de água e saneamento para todos.
7. Garantir o acesso seguro à energia de baixo custo, sustentável e moderna para todos.
8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos.
9. Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.
10. Reduzir a desigualdade dentro e entre os países.
11. Fazer com que as cidades e os assentamentos

humanos sejam inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

12. Assegurar padrões de consumo e produção sustentáveis.
13. Adotar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos.
14. Conservar e utilizar de maneira sustentável os oceanos, mares e recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.
15. Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, a gestão sustentável das florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda da biodiversidade.
16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.
17. Reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável. Nessa última meta, destacam-se os subtemas finanças, tecnologia, capacitação, comércio, questões sistêmicas, coerência política e institucional, parcerias *multi-stakeholders*, de dados, monitoramento e prestação de contas.

A conjuntura internacional, extremamente bélica e com muitas mudanças nas alianças geopolíticas, tencionou ainda mais questões de fundo que, como sempre, influenciam os debates na ONU, especialmente num momento de crescente conservadorismo entre alguns grupos de Estados-membros que têm deixado as negociações dos últimos três anos nas Nações Unidas mais próximas a espaços de interdição do que um *locus* para busca de consenso.

As negociações, tendo como pano de fundo o direito ao desenvolvimento e a questão do quanto equilibrada nos pilares da sustentabilidade poderia ser essa agenda, foram difíceis. Estiveram no topo da lista das questões mais contenciosas os objetivos relacionados à saúde e aos direitos sexuais e repro-

12 <<http://sustainabledevelopment.un.org/focussdgs.html>>.



dutivos, à igualdade de gênero, aos meios de implementação, à linguagem sobre sociedades pacíficas/ acesso à justiça – incluindo a referência ao “Estado de direito”, alterações climáticas, ocupação estrangeira e terrorismo e “responsabilidades comuns, mas diferenciadas”.

Dado o impasse para chegar a um consenso sobre essas questões na última plenária, os co-presidentes convocaram grupos menores de discussão para algumas dessas áreas – no caso de direitos sexuais e reprodutivos e gênero, por exemplo, foram realizadas várias sessões informais, presididas pelo embaixador de Palau, sem qualquer resultado concreto devido à relutância do grupo liderado pela Arábia Saudita e Vaticano em negociar e chegar a um acordo.

Por outro lado, o grupo dos 77 (G77) e China, que inclui nos dias atuais 131 países em desenvolvimento, persistiu na sua posição de que era necessário incluir uma linguagem urgente sobre ocupação colonial e estrangeira, não só no caput (narrativa introdutória do ODS), mas também como uma meta dentro do proposto Objetivo 16 que trata da paz e a justiça. Mas, de fato, os motivos de insatisfação do conjunto de países vão desde o *conteúdo* e o *alcance* das metas, até decisão de mencionar ou não certas Conferências de revisão das Nações Unidas, além de várias críticas sobre a escassez e a debilidade dos propostos meios de implementação (MOI).

É importante notar que, por diferentes razões, o texto final está longe de ser satisfatório para vários Estados-membros – nenhuma das delegações que tomaram a palavra na sessão plenária de encerramento (cerca de trinta) demonstraram estar totalmente satisfeitas com o resultado, muitas afirmando que este serviria como “uma proposta de trabalho” ou uma boa base para as negociações pós-2015.

Alguns Estados-membros, por exemplo, Argentina, Brasil, Romênia, Polônia, expressaram explicitamente sérias preocupações sobre a parte procedural da negociação (embora sem detalhar), apelando para a necessidade de se fazer um balanço das lições aprendidas tanto sobre o *processo* quanto sobre o *conteúdo*, que servisse de referência para as futuras negociações pós-2015, notando que houve “discus-

sões circulares e sem soluções” e que, em muitos casos, esse formato “esgotou suas possibilidades”.

Assim, o anúncio da aprovação definitiva do texto pelo co-presidente Kamau, do Quênia, foi um momento que concluiu uma batalha acirrada de posições totalmente conflitantes entre Estados-membros, cujas reações foram divididas entre os temas contenciosos já descritos. O fato de que a esmagadora maioria dos Estados-membros decidiu bater o martelo sobre o texto final, apesar de desgostos, foi, por si só, considerado uma “grande conquista”.

Ilustrar um pouco dessas contendas ajuda a explicar por que, apesar dos intensos (e tensos) debates, o resultado do GTA foi ainda pouco ambicioso, na medida em que não propõe uma estruturante transformação dos sistemas econômicos e financeiros, nem a proteção e garantia plena dos direitos humanos de todas as pessoas. O GTA tampouco propõe medidas fortes quando trata dos meios de implementação dos objetivos, o que, na prática, vai impedir uma necessária e tão esperada justa distribuição dos benefícios do desenvolvimento.

Certamente, há propostas interessantes aprovadas. O Objetivo 5, por exemplo, que visa alcançar a igualdade de gênero e empoderar as mulheres e meninas, foi uma importante conquista, e essa é a primeira vez que há uma meta global que reconhece o cuidado não remunerado e o trabalho doméstico das mulheres. Outro exemplo é o Objetivo 4, que garante uma educação livre, igual e de qualidade e oportunidades de aprendizagem ao longo da vida. A linguagem sobre TRIPS¹³ não é ruim e foi importante o debate que insistia na promoção do acesso à justiça como algo central para sociedades pacíficas.

Na impossibilidade de fazer uma análise mais ampla, vamos destacar abaixo alguns temas que vão demandar atenção na segunda fase de negociação ou melhor calibragem/aperfeiçoamento a partir dos indicadores que serão construídos.

¹³ TRIPS: do inglês Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights, é o Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio.



Para o Grupo Principal de Mulheres, “o direito humano à alimentação; os direitos das mulheres à tomada de decisões sobre a paz e a segurança e a controlar sua sexualidade livre de coerção, a viver livre de discriminação e violência; os direitos dos povos indígenas e todos os direitos sexuais estão notavelmente ausentes”. Essa análise é reiterada pelos grupos que trabalham com HIV e populações-chave e mesmo com a repetida afirmação do secretário-geral, Ban Ki-moon, de que “ninguém será deixado para trás”, os dogmas religiosos impediram que gays, lésbicas, transgêneros e trabalhadores do sexo, por exemplo, tivessem espaço na proposta construída.

O fato de que os objetivos e metas trabalhadas pelo GTA dialogam pouco com os direitos humanos e não se propõem a rever o paradigma, comprovadamente desastroso, de “crescimento econômico a qualquer custo” é grave. Ainda mais quando o documento não propõe um compromisso que avance para redimensionar a relação de poder *entre* os países.

Nesse contexto, também nos preocupa que o sistema ONU ainda não tenha bons mecanismos de transparéncia e *accountability* e, assim como os governos, esteja cada vez mais dependente e, certamente, mais influenciado, pelo setor corporativo privado. O ODM8, por exemplo, que todos/as reconhecem que não avançou, pedia parcerias globais lideradas pelos governos. O que aconteceu, no entanto, foi o crescimento do poder do setor privado para além da noção institucional de “estados geridos por governos”, corroendo, inclusive, via as “Parcerias Público-Privado” (PPP) a infraestrutura de serviços públicos já construídas. Os dados também já comprovam o quanto, em muitos países, a ganância e a corrupção alimentam algumas dessas “parcerias” e bloqueiam as reformas legais necessárias para que estas se alinhem com os desejáveis princípios de igualdade, liberdade e justiça social.

Assim, tendo em vista as falhas sistêmicas do mercado neoliberal da década passada (e temos de reconhecer que falhou), essa seria a hora de os Estados reclamarem de volta a direção das “Parcerias Globais para o Desenvolvimento”, desenvolvendo um quadro liderado pela ONU de governança que

incorporasse a prestação de contas, comunicação transparente, avaliação independente e mecanismos de monitoramento. No campo das parcerias estratégicas, vale lembrar que um futuro verdadeiramente sustentável e igualitário demanda, além dos mecanismos formais de monitoramento das ações governamentais, um ambiente propício à atuação da sociedade civil.

Além disso, para que a Agenda Pós-2015 possa ser efetivamente “transformadora” como se propõe, deve haver um foco na democratização econômica, assumindo que o atual Objetivo 1 de reduzir pobreza extrema *não será suficiente* e incorporando meios e compromissos para redução da riqueza extrema. Tal atitude exigiria muito mais vontade e capacidade política do que a observada atualmente na ONU.

Finalmente, ainda temos em aberto a questão sobre como calibrar, na nova agenda dos ODS, os ODM que ainda não foram concluídos.

Breve análise do relatório final do Comitê Intergovernamental de Peritos para Financiamento para o Desenvolvimento Sustentável – IECSDF, da sua sigla em inglês.¹⁴

O Comitê, basicamente, se debruçou sobre as opções de financiamento para o desenvolvimento sustentável efetivo e encaminhou seu relatório à Assembleia Geral em agosto de 2014. Sua operação não tinha acordos formais para a participação da sociedade civil, que foi convidada pela Comissão a apresentar as suas propostas em sessões específicas e teve bastante dificuldade para acompanhar o processo de negociação.

O relatório final do IECSDF será um fundamento do debate na Assembleia Geral sobre o financiamento dos ODS. Disponibilizado em 8 de agosto,¹⁵ aponta opções de possíveis fontes de financiamento para o desenvolvimento sustentável, porém pouco aprofunda a questão de *como acessar* tais fontes e

14 Por Claudio Fernandes, economista. Membro da Gestos e da Campanha TTF Brasil. <www.ttfbrasil.org>.

15 <<http://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/4588FINAL%20REPORT%20ICESDF.pdf>>.



é certo que a III Conferência sobre Financiamento para o Desenvolvimento, a ser realizada em Julho de 2015 terá muita influência sobre a definição de quem irá pagar e como será paga a conta dos ODS¹⁶.

Se bem que o relatório leva em consideração demandas expressas pela sociedade civil, como igualdade de gênero, direitos de populações indígenas, migrantes, idosos e jovens, ele não é forte o suficiente para nomear os “grupos marginalizados” ou as “minorias” quando tratando das inequidades sociais (parágrafo 76). Além disso, não conseguiu estabelecer uma transição para uma agenda realmente ampla, inclusiva, que equilibre o tom de responsabilidades comuns, porém diferenciadas, entre países. As responsabilidades dos países desenvolvidos, por exemplo, não poderiam se limitar a prover recursos financeiros, estes também deveriam financiar a transição de suas próprias economias para padrões sustentáveis de produção e consumo em harmonia com os objetivos de desenvolvimento nas áreas ambiental, econômica e social.

É positivo o fato de que a progressividade fiscal é elencada como um dos princípios a ser adotados para atingir maior mobilização de recursos no âmbito nacional (parágrafo 65) e para redução de inequidade econômica e também são apontados os problemas gerados pelos fluxos ilegais de capital e pela manutenção dos paraísos fiscais, que alimentam toda uma gama de contravenções financeiras, como a lavagem de dinheiro de atividades ilícitas (parágrafo 163). Contudo o relatório não é firme em apresentar os meios de solucionar os problemas, mesmo afirmando que sua solução dos fluxos ilegais, por exemplo, poderia gerar fontes adicionais de financiamento para os ODS.

O relatório enaltece o papel de transparência e *accountability* (responsabilidade) nos setores público e privado para garantir eficiência no uso dos recursos financeiros (parágrafo 61:9); enfatiza a transparência e a prestação de contas de todas as formas de financiamento em todos os níveis (abordagem estratégica 9); e inclui a importância da sociedade civil

16 <http://www.un.org/esa/ffd/>

organizada no processo. Mas a seção sobre governança global ainda é vaga sobre como operacionalizar as necessárias mudanças para que todas essas “afirmações” se concretizem.

O documento reconhece a importância dos recursos da cooperação internacional dos países da OCDE¹⁷ – países desenvolvidos – que contribuem com recursos voluntários ou da Assistência Oficial para o Desenvolvimento (ODA) – usada como parte de sua política externa –, mas admite que chegou o momento de encontrar mecanismos inovadores de financiamento, incluindo a possibilidade da adoção de taxas sobre transações financeiras (TTF). No entanto, comparando a versão final com o *zero-draft*, essa linguagem foi completamente diluída e a TTF aparece apenas uma vez no relatório, mencionada como um experimento que será operacional na Europa em 2016, ignorando outros exemplos já existentes, inclusive no Brasil. Houve, claramente, um enfraquecimento da linguagem que havia sido adotada desde o Consenso de Monterrey de 2002 (parágrafo 51).

O relatório reconhece gênero como dimensão fundamental da vulnerabilidade à pobreza (parágrafo 27) e inclui a igualdade de gênero nas necessidades de financiamento relacionadas à erradicação da pobreza e da fome (parágrafo 31), assim como no contexto de “abordagem inclusiva para alcançar resultados concretos no terreno” (abordagem estratégica 8). Ele defende que gastos públicos sejam consistentes com as estratégias de desenvolvimento sustentável, incluindo metas de gênero (parágrafo 70) e investimentos de fundos públicos para lidar com as vulnerabilidades estruturais vivenciadas pelas mulheres (parágrafos 78 e 79); o acesso e escala de serviços financeiros disponíveis para as mulheres são tratados no parágrafo 90 e a afirmação de que os aspectos de gênero devem ser considerados na fase de *concepção* dos projetos de financiamento mistos são tratados no parágrafo 137. Mas questões essenciais para o financiamento da agenda de igualdade de gênero estão aquém dos compromissos assumidos em Doha (2008) ou em Busan (2009).

17 Sigla para Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico.



Faltam referências explícitas à previsão de fundos ágeis para financiar a equidade de gênero; à necessidade de dados desagregados por gênero; e o tema das mulheres no trabalho precário e/ou não remunerado permanece invisível, apesar de presente no relatório do GTA.

Muita ênfase foi dada às parcerias público-privadas, mas o relatório não é específico sobre quais critérios devem ser estabelecidos em tais parcerias – tampouco ampliou o conceito de PPP para incluir, além das empresas, instituições da sociedade civil, uma demanda expressada em diferentes ocasiões por vários grupos da sociedade civil.¹⁸

É certo que o relatório aborda desafios cruciais para os direitos humanos, como as desigualdades sociais, a importância de preservação do meio ambiente, a necessidade de pisos de proteção social, entre outros. Mas faltou ambição ao Comitê, que não conseguiu recomendar qualquer conjunto ousado de reformas. “Esperamos que as recomendações e análises em nosso relatório estimulem discussões (...) e inspirem novas ideias e soluções inovadoras. (...) nossas recomendações são convites à troca de ideias e de experiências entre os países e ao reforço da cooperação internacional baseada numa parceria global renovada para o desenvolvimento sustentável.” Afinal, como tem sido reiterado pela sociedade civil, infelizmente tal *convite*, apesar de bem-vindo, não é o suficiente para gerar *ação* e está muito aquém de responder às tarefas e desafios que hoje enfrentamos.

IV. Engajamento da sociedade civil

A participação em geral da sociedade civil na Agenda Pós-2015 e construção dos ODS

A construção dos novos Objetivos de Desenvolvi-

18 Parágrafo 23 (tradução livre): “A solução inclui melhores incentivos privados, alinhamento com objetivos públicos e criar uma estrutura política que estimule investimento com fins lucrativos nestas áreas, ao mesmo tempo, com mobilização de recursos públicos para atividades essenciais do desenvolvimento sustentável”.

mento Sustentável tem sido muito mais consultiva e participativa do que foi o processo das Metas do Milênio. Globalmente, organizações da sociedade civil têm monitorado a agenda de forma intensa e contribuído para o debate dos ODS. E têm feito isso de forma altamente qualificada, não apenas questionando e problematizando os conteúdos, como também apresentando alternativas concretas às propostas em negociação, oferecendo análises consistentes tanto aos governos aliados quanto aos processos conduzidos pelo Secretariado, aos quais têm oferecido amplas recomendações em todas as áreas temáticas.

Estruturalmente a participação da sociedade civil é possível através de sistemas estabelecidos – especialmente através dos Grupos Principais (*Major Groups*), que representam nove setores: Mulheres, Crianças e Jovens, Povos Originários, ONGs, Trabalhadores e Sindicatos, Autoridades Locais, Negócios e Indústria, Comunidade Científica e Técnica, Camponeses e Grupos Rurais.

De acordo com a ONU,¹⁹ desde a primeira Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1992 – a Cúpula da Terra –, foi reconhecido que o desenvolvimento sustentável não pode ser alcançado pelos governos sozinhos. Essa noção se reflete enfaticamente no documento marco resultante, o “Agenda 21”, cuja Seção 3 ressalta a criticidade de aproveitar a competência e capacidade de todos os setores da sociedade. A formalização desse conceito reconheceu esses nove setores da sociedade como os principais canais através dos quais os cidadãos e cidadãs poderiam se organizar e participar nos esforços internacionais para alcançar o desenvolvimento sustentável por meio das Nações Unidas.

O documento final da Conferência Rio+20, “O Futuro que Queremos”, por sua vez, reafirma que o desenvolvimento sustentável requer o envolvimento significativo e a participação ativa desses grandes grupos e de todos os tomadores de decisão relevantes no planejamento e implementação de políticas

19 <<http://sustainabledevelopment.un.org/majorgroups.html>>.



de desenvolvimento sustentável. Ele reconhece os esforços e os progressos realizados a nível local e subnacional e o papel fundamental que os legislativos e judiciários locais, regionais e nacionais têm na promoção do desenvolvimento sustentável. Isso inclui o seu papel para envolver os cidadãos e as partes interessadas e fornecer-lhes informações relevantes para as três dimensões do desenvolvimento sustentável. Além disso, “O Futuro que Queremos” destaca a importância do envolvimento de outros agentes, como as comunidades locais, grupos de voluntários e fundações, migrantes e suas famílias, bem como pessoas idosas e pessoas com deficiência.

Isso quer dizer que governos signatários da Rio+20, como o Brasil, se comprometeram a trabalhar mais de perto com os principais grupos da sociedade civil e partes interessadas e a promover sua participação ativa nos processos que contribuem para a tomada de decisão, planejamento e implementação de políticas e programas para o desenvolvimento sustentável em todos os níveis. Eles igualmente concordaram em “trabalhar para a melhoria do acesso às tecnologias da informação e comunicação, especialmente as redes e serviços de banda larga, a fim de superar as lacunas digitais através de uma maior cooperação internacional”.

Além da participação formal através dos *Grupos Principais*, existem articulações da sociedade civil planetária, a exemplo da Campanha Beyond 2015 (ou “Para além de 2015”), que também buscam incidir na agenda. A Beyond 2015²⁰ é uma campanha que, desde 2010, promove a visão de uma agenda transformadora para suceder os ODM e é hoje a maior coalizão global da sociedade civil – incluindo desde organizações de base comunitária até ONGs internacionais, representantes da academia e sindicatos. Atualmente conta com mais de 1.100 membros, em 132 países (56% destes do Sul). As organizações da Campanha são constantemente convidadas a colaborar na definição das posições que promove junto aos países e nas negociações intergovernamentais. A Campanha está estruturada em coordenações regionais, tendo como principal referência no Brasil a Abong.

20 <www.beyond2015.org>.

A atuação das OSC brasileiras no debate dos ODS

Diversas organizações e movimentos da sociedade civil brasileira estão hoje ativos no processo de discussão da Agenda Pós-2015 e na negociação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Esse envolvimento é o resultado de uma trajetória de articulação na esfera internacional que se estruturou durante as últimas décadas, a partir da participação ativa em redes e fóruns internacionais sobre os mais diversos temas relacionados ao desenvolvimento, desde a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável de 1992. Isso inclui também a organização de eventos da sociedade civil que buscam produzir diálogo e tencionar o debate, tais como a Cúpula dos Povos de 2012, espaço paralelo da sociedade civil à Conferência Rio+20, e todas as edições do Fórum Social Mundial, a partir do primeiro realizado em Porto Alegre no ano de 2001.

O fato de muitos desses eventos da sociedade civil planetária terem ocorrido no Brasil propiciou às organizações nacionais que atuam na defesa de direitos e bens comuns uma experiência ímpar, pois contribuiu para fomentar e ampliar sua inserção no cenário mundial em diferentes instâncias internacionais relacionadas aos direitos humanos (em seus vários temas), comércio, clima, meio ambiente, economia, entre outros.

De forma geral, é possível afirmar que só recentemente, a partir de 2013, o debate mais específico sobre a Agenda Pós-2015 ganhou maior fôlego na pauta da sociedade civil brasileira e da América Latina.

Mesmo na Europa e América do Norte, têm sido os grupos tradicionais e geralmente bem-financiados os que acompanham esse debate, especialmente os que ocupam papéis de liderança e maior incidência via os Grupos Principais da ONU (Major Groups).

A Abong foi estimulada, em 2012, a entrar no processo via articulações internacionais às quais pertence, mais especificamente pelo Fórum Interna-



cional de Plataformas Nacionais de ONGs (FIP)²¹ e a Mesa de Articulación (Articulação latino-americana de redes de ONGs).²² O objetivo era contribuir com a mobilização e a expressão da sociedade civil brasileira na expectativa da 68^a assembleia das Nações Unidas, em 2013, que iria indicar os processos desta chamada “Agenda Pós-2015”.

Assim, em dezembro de 2012, a Abong foi escolhida por uma articulação internacional de redes da sociedade civil²³ para realizar uma consulta nacional com organizações do seu campo de atuação (defesa de direitos e bens comuns) no Brasil. A consulta, que ocorreu no primeiro semestre de 2013, contou com a participação de 78 organizações, redes e movimentos em atividade, e incluiu um seminário de mobilização e visibilidade em São Paulo e três oficinas temáticas (Salvador, Recife e Brasília) com associadas e parceiros, sobre temas específicos: enfrentamento ao racismo, infância e juventude, HIV e equidade de gênero. O resultado foi publicado no relatório “O mundo que queremos pós-2015”,²⁴ que apresenta um conjunto de recomendações para o governo brasileiro e para a ONU e que foi entregue à Secretaria Geral da Presidência, ao Ministério do Meio Ambiente (em audiência com a ministra Izabella Teixeira, representante do Brasil no Painel de Alto Nível da ONU), ao Itamaraty e ao PNUD.

O debate e a sua dinâmica tomaram novos rumos depois da 68^a Assembleia da ONU em 2013, onde já estava indicada a dificuldade de convergir as agendas de desenvolvimento e as de sustabilidade socioambiental, em harmonia com os demais macrotemas – educação, saúde, gênero, entre outros. Diante de uma cada vez mais acirrada disputa, houve necessidade de aumentar o compartilhamento de informações entre os movimentos sociais e am-

21 <www.ong-ngo.org>.

22 <www.mesadearticulacion.org>.

23 Pela campanha global Beyond 2015, pelo GCAP – Global Call for Action Against Poverty, pelo Fórum Internacional de Plataformas Nacionais de ONGs e pela CIVICUS – World Alliance for Citizen Participation.

24 Foi lançado em agosto de 2013 e está disponível no link: <<http://www.abong.org.br/final/download/pospt.pdf>>.

pliou-se o chamado à ação em todos os níveis, fazendo com que, paulatinamente, mais organizações passassem a prestar maior atenção a essa agenda.

A Abong optou por potencializar o trabalho e a experiência acumulada por organizações associadas e movimentos parceiros (alguns já envolvidos no debate), e aprofundou sua ação por meio de estratégias complementares e articuladas de mobilização nacional e internacional, comunicação, incidência política junto ao governo brasileiro e contínua sensibilização das associadas.

Promoveu diversos eventos sobre a Agenda Pós-2015, a exemplo do seminário de abertura do Fórum Social Temático de Porto Alegre (2014), com o tema “Crise capitalista e Agenda Pós-2015”, realizado juntamente com parceiros do Chile, França, Brasil e Egito.

Tem publicado diversos artigos sobre a Agenda Pós-2015, como, por exemplo, no *Le Monde Diplomatique Brasil*, no *Correio Braziliense* e na *Carta Capital*. Além dos *Informes Abong*, tem publicado em diferentes sites como *Sul 21*, *TTF Brasil*, *Vida Brasil*, *Gestos* e *FIP*.²⁵

Participou das duas edições da Arena da Participação Social Pós-2015, organizadas pela Secretaria Geral da Presidência do Brasil.²⁶

Fez, ainda, contribuições para diversos documentos para incidência política, dentre os quais: Narrativa, Valores e Metas – Campanha Beyond 2015: contribuições levadas pela Mesa de Articulação para discussão em Pretória (março 2014), que definiu a posição final sobre valores e objetivos da Campanha.

Assinatura e divulgação da nota Alerta Vermelho (iniciativa da Gestos no âmbito internacional, em abril 2014, assinada por cerca de 900 organizações).

25 <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1549>; <http://www.abong.org.br/final/download/pospt.pdf>>; <<http://ttfbrasil.org/noticias/index.php?id=157>>; <<http://laccaso.net/noticias/ultimas/?id=210>>.

26 Em fevereiro no Rio de Janeiro e em maio, em Brasília.



Organizou o documento de posição coletiva com contribuições para o debate temático durante as reuniões do Grupo de Trabalho Aberto, em Nova Iorque.

Atuar em parceria, ação fundamental do processo

A partir de 2014, a Abong intensificou esforços para articular diversas organizações e movimentos nacionais, buscando estabelecer uma atuação conjunta. Tem realizado reuniões virtuais, socializado informações e preparado documentos de posição sobre as negociações. Com isso, tem fortalecido as convergências e potencializado a incidência coletiva e a visibilidade de outras entidades no processo. Uma das principais preocupações da Abong tem sido a de aumentar o número de organizações brasileiras que acompanham a agenda internacional, uma vez que observamos que este trabalho ainda concentra-se na mão de poucos atores e atrizes e precisa ser expandido.

Essas iniciativas tem sido realizadas em parceria e diálogo com várias organizações atuantes nesse debate. No processo de elaboração desse documento, por exemplo, registramos o protagonismo das seguintes organizações:

A *Ação Educativa*, que promove direitos educativos, culturais e da juventude, passou a acompanhar a Agenda Pós-2015 pela importância desse processo nas orientações sobre as políticas educacionais em escala global, incluindo as questões relativas à educação de pessoas adultas. Tem produzido materiais informativos sobre o assunto,²⁷ e também documentos e posicionamentos em conjunto com redes parceiras, a fim de informar e mobilizar as organizações da sociedade civil, tanto nacionais como de outros países, a acompanharem o processo.

A *Agenda Pública*, formada por um conjunto de profissionais ligados à universidade e ao setor público com o intuito de aprimorar a gestão pública e a governança democrática com participação cidadã,

atuou nos processos de municipalização dos ODM e busca agora qualificar a discussão sobre os ODS no nível subnacional. Considera os ODS um dos pilares do seu planejamento para os próximos quatro anos. Nos dois últimos anos, a Agenda Pública participou do 3º Prêmio Brasil dos ODM, colaborou com municípios nas estratégias de municipalização dos ODM, elaborou e divulgou o Guia de Municipalização dos ODM, assessorou a construção da Rede ODM Brasil.²⁸

A *Articulação Sul* (Centro de Estudos e Articulação de Cooperação Sul-Sul), que estimula o diálogo no campo da cooperação Sul-Sul e da cooperação internacional para o Brasil entre os âmbitos de pesquisa aplicada, políticas públicas e práticas, acompanha os debates relacionados à construção da agenda e ao envolvimento do Brasil. A Articulação Sul já promoveu um debate com outros atores da sociedade civil e tem produzido e divulgado informações a respeito no Observatório Brasil e o Sul.²⁹

A *Artigo 19 Brasil* envolveu-se na Agenda Pós-2015 buscando promover a boa governança com ênfase nas áreas relacionadas à transparência, liberdade de expressão e acesso à informação. Para tal, tem atuado de forma engajada nos debates, contribuindo para a articulação da Agenda pós-2015 em âmbitos nacional e internacional, inclusive realizando sessões paralelas e reuniões estratégicas de incidência política durante as reuniões do Painel de Alto Nível e do Grupo de Trabalho Aberto, em Nova York.

A *Artigo 19* elaborou cartas abertas e posicionamentos públicos defendendo a inserção e manutenção dos temas que hoje recaem sob o Objetivo 16 da minuta aprovada na 69ª Assembleia Geral da ONU. Em parceria com a Abong e a Fundação Friedrich Ebert (FES), realizou a oficina com comunicadores/as sobre os ODS, além de ser co-organizadora junto com Abong e FES do seminário “Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: o que está em jogo nestas negociações? Análises e estratégias da sociedade civil”.

27 <<http://www.acaoeducativa.org.br/desenvolvimento/>>.

28 <<http://www.redeodm.org.br>>.

29 <<http://obs.org.br/>>.



Coletivo Feminino Plural³⁰ é uma organização do movimento de mulheres com foco nos temas de saúde, direitos sexuais e reprodutivos e na violência de gênero. O Coletivo acompanha os processos de negociação internacional para seguimento da agenda de Cairo sobre população e desenvolvimento, um tema que foi incorporado à Agenda Pós-2015. O Coletivo coordenou a Fase 4 de monitoramento de Cairo implementada pela Rede Feminista de Saúde/Rede de Saúde das Mulheres Latino-americanas e do Caribe, participou dos processos de Cairo+15 e da preparação de Cairo+20, para avaliação da CIPD em Nova Iorque. Participou também de várias delegações nacionais para as comissões da ONU, tais como a Comissão sobre a Situação das Mulheres e Comissão de População e Desenvolvimento. Atualmente, coordena o Monitoramento da CEDAW (Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher) no Brasil, cujos temas são saúde (mortalidade materna, aborto, HIV) e tráfico de mulheres.

A *Gestos-Soropositividade, Comunicação e Gênero* desenvolve programas com pessoas soropositivas e vulneráveis ao HIV, promove ações educativas e mobiliza diferentes agentes sociais e políticos para o monitoramento de políticas públicas locais, nacionais e internacionais. Desde 2003, vem mobilizando a sociedade civil nacional para o monitoramento das metas acordadas na Declaração de Compromisso da Sessão Especial da Assembleia Geral Extraordinária das Nações Unidas de 2001. Atualmente acompanha os debates da ONU sobre direitos sexuais e reprodutivos, saúde e equidade de gênero. Além de atuar como Secretaria Regional da LACCASO,³¹ como membro da Força Tarefa de Alto Nível para ICPD e Além³² e Coordenação da Campanha TTF Brasil,³³ a Gestos representa a Abong nos processos de articulação e incidência internacional em torno da Agenda Pós-2015. A Gestos/Abong participaram da 68^a Assembleia da ONU, em 2013, e acompanharam as reuniões do

30 <www.femininoplural.org.br>.

31 <www.laccaso.net>.

32 <www.icpdtaskforce.org>.

33 <[www.ttfbrasil.org](http://ttfbrasil.org)>.

GTA e do Comitê de Peritos para Financiamento Sustentável. Em março de 2014, a Gestos foi convidada a expor na reunião do Comitê e, em abril, A. Nilo, representando a Gestos/LACCASO, a Abong e a Campanha TTF Brasil, foi oradora principal no Fórum sobre Alianças Estratégicas, organizado pelo Presidente da Assembleia, John Ashe.³⁴ A intervenção da Gestos tem focado muito na agenda econômica, na de direitos sexuais e reprodutivos e direitos humanos em geral. Por isso, coordenou uma ação global em abril chamada “Bandeira Vermelha” (Red Flag), que em menos de duas semanas foi assinada por quase oitocentas organizações de todo o mundo, denunciando a ausência dos DH no debate e o risco de que a agenda das populações marginalizadas ficasse de fora do pós-2015, o que de certa forma aconteceu.³⁵ Recentemente, nos dias 2 e 3 de setembro, a instituição realizou o IX Fórum UNGASS AIDS Brasil, reunindo em Recife 75 representantes dos movimentos AIDS e de direitos sexuais e reprodutivos para debater o tema “Desafios para Construção dos ODS e a Agenda Pós-2015”.³⁶

O *Instituto Igarapé* atua em questões relacionadas ao desenvolvimento e à segurança, através de pesquisas, formulação de políticas públicas e articulação. Discute as implicações que a violência acarreta ao desenvolvimento, ressaltando o caso paradigmático do Brasil nesse âmbito. Sobre a Agenda Pós-2015, atua na construção do Objetivo 16 (“Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis”), e tem sido consultor para o Painel de Alto Nível. Produz conhecimentos e publica informações a respeito, com a elaboração de indicadores (a exemplo do Índice de Segurança da Criança) e da divulgação de relatórios e análises. Também participa de articulações, estabelecendo relacionamento com organizações

34 <<http://webtv.un.org/watch/alessandra-cabral-dos-santos-nilo-gestos-on-the-role-of-partnerships-in-the-implementation-of-the-post-2015-development-agenda/3449629729001/>>.

35 <<http://www.laccaso.net/noticias/ultimas/?id=156>>.

36 <<http://laccaso.net/noticias/ultimas/?id=211>>.



que trabalham com o tema da violência e acesso à justiça e com atores governamentais, a exemplo do Itamaraty.

A recém-lançada REBRAPD (Rede Brasileira de População e Desenvolvimento) busca fortalecer a sociedade civil brasileira para seguimento do processo de implementação da agenda de Cairo em curso no Brasil e em temas relacionados com população e desenvolvimento. Um de seus focos é participar do debate da definição dos ODS, em ações de advocacia política, de forma articulada no âmbito nacional e internacional, com foco especial em questões relacionadas com direitos sexuais e reprodutivos e políticas de equidade. Organizações que hoje compõem a REBRAPD atuaram no processo de revisão operacional pós 20 anos da Conferência Internacional de População e Desenvolvimento, em 2014, e contribuíram para que a revisão dessa agenda fosse vinculada irrestritamente ao debate pós-2015.

Considerações gerais

As causas defendidas por essas e outras organizações e movimentos brasileiros envolvidos no debate da definição dos ODS são diversas, tais como suas estratégias de atuação. Várias estão articuladas com outras organizações da sociedade civil nos âmbitos internacional e nacional, constituindo-se como pontos focais com potencial para ampliação do debate. Produzem conhecimento e/ou informações a respeito. Mesmo demonstrando por vezes diferenças em estratégias de incidência política e na busca ou nas práticas de relacionamento e diálogo com os entes governamentais, muitas reconhecem que, seja por falta de interesse dos grupos, seja por falta de uma maior capacidade de articulação com as redes nacionais e globais, o acesso à informação sobre a Agenda Pós-2015 ainda é restrito às organizações que têm a capacidade estrutural de participar e acompanhar os trabalhos em Nova Iorque, especialmente as que têm condições de enviar representantes às reuniões.

Além disso, ainda que haja canais disponíveis na ONU, acompanhar e participar dos processos de construção dos novos Objetivos é especialmente

difícil para as organizações que, apesar de sua comprovada capacidade de influenciar seus próprios governos, não dominam o inglês ou não têm muita compreensão de como incidir politicamente nas agendas internacionais. Democratizar esse debate em nível local, portanto, parece ser o caminho necessário para garantir que as vozes da sociedade civil fiquem mais fortes e sejam consideradas na construção do futuro que queremos e merecemos ter.

Ao mesmo tempo, o diálogo com o governo federal se mostrou estratégico para aquelas organizações que buscaram incidir na definição dos ODS a partir da influência sobre posicionamento oficial do Brasil.

É fato que o governo demorou a iniciar um diálogo mais estruturado com a sociedade civil – somente em 11 de fevereiro de 2014 a Secretaria Geral da Presidência realizou a primeira oficina de trabalho com a sociedade civil, no Rio de Janeiro, intitulada “Diálogos Sociais: Desenvolvimento Sustentável na Agenda Pós-2015 – Construindo a Perspectiva do Brasil”.³⁷ Mas, paralelamente, representantes governamentais, quando convidados, tem participado de eventos da sociedade civil e reuniões desde 2013 e não se opuseram, por exemplo, a dialogar sobre as posições do governo em reuniões com a Abong.

V. Algumas recomendações

Sendo esta uma arena de acirrada disputa de ideias, concepções e alternativas para o desenvolvimento sustentável, no caso brasileiro, o desafio que parece ser comum a todas as organizações envolvidas no debate do pós-2015 continua sendo o de estabelecer *canais formais de diálogo* entre governo brasileiro e sociedade civil sobre os processos de negociação. Entendemos que, apesar de todos os espaços abertos pelo Secretariado da ONU, essa é uma discussão *intergovernamental* e que devem ser os *governos*, portanto, nossos principais interlocutores. Assim, a Abong tem reiterado nos diferentes espaços a pre-

³⁷ O evento foi realizado em parceria com o Centro Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (Centro RIO+) e contou com a participação de 79 representantes de 41 OSC e 32 representantes do governo brasileiro e das Nações Unidas.



cupação de que, apesar de convidada a expor suas propostas em espaços de diálogo, nem sempre a sociedade civil tem suas posições realmente *ouvidas*. Avaliamos que o acompanhamento da Agenda Pós-2015 é, sem dúvida, um bom momento para debater a *efetividade* dessa nossa participação, pois ainda que exista algum processo de consulta à sociedade civil, esse esforço pode se perder quando não há *mecanismos formais* para que nossas posições sejam efetivamente levadas por nós ao debate no momento de definição das prioridades do governo brasileiro. Portanto, a criação de mecanismos e compromissos formais entre o governo, as representações das Nações Unidas e a sociedade civil é essencial no Brasil.

Considerando os altos riscos relativos ao financiamento privado de serviços públicos, recomendamos o desenvolvimento de um quadro vinculativo dos investimentos privados no que diz respeito a todos os aspectos de impacto ambiental, social e de governança, com indicadores claros que incluem desde as questões de prestação de contas até a igualdade de gênero e não discriminação de qualquer tipo (que dialogue com a recente criação do grupo de trabalho intergovernamental da Comissão de Direitos Humanos para a reflexão sobre um instrumento internacional juridicamente vinculativo).

No campo da educação, a *Ação Educativa* avalia que a proposta em curso, ainda que se mostre ambiciosa com a ampliação de metas para o alcance do objetivo em educação e tenha envolvido mais atores no processo de formulação (governos, organismos multilaterais, fundações, empresas e organizações da sociedade civil), apresenta diversos gargalos que precisam ser superados, tais como: i) jogo de forças desiguais entre os atores envolvidos, com forte presença do setor privado e sua agenda voltada para o mercado; ii) não incorporação dos acúmulos, como reflexões e propostas produzidas em outros espaços com forte presença da sociedade civil, no caso da educação: Marco de Ação de Dakar, Educação para Todos, CONFINTEA, dentre outros; iii) redução do conceito de comunidade educacional para um pequeno número de convidados considerados “experts” no assunto; iv) concentração das metas na mensuração e avaliação de aprendizagem em detrimento de propostas voltadas para a melhora da

qualidade dos insumos (como professores, escolas adequadas, políticas afirmativas etc.); v) privilégio de determinado grupo etário considerado estratégico ao invés de buscar alcançar a oferta universal da educação – os adultos acabam sendo preteridos na luta pela educação de qualidade para todos e todas.

No campo dos direitos sexuais e direitos reprodutivos, o *Coletivo Feminista Plural* e a *Gestos* chamam a atenção para o crescente avanço das forças conservadoras contra os direitos humanos em geral, expresso no combate aos conteúdos e linguagem sobre diferentes temas. Está claro que o governo brasileiro no âmbito internacional não tem o mesmo empenho na defesa dos temas mais controversos no campo da saúde, direitos sexuais e direitos reprodutivos nos quais já foi, em outros momentos, considerado um campeão. A Resolução regional da Conferência sobre População e Desenvolvimento, realizada no Uruguai em Agosto de 2013, da qual o Brasil foi protagonista, deu ao país esse mandato, mas no debate do pós-2015 essa agenda tem sido assumida por outros atores do sul (Uruguai e Filipinas, por exemplo) e nela o governo não tem colocado o empenho necessário para defesa do direito ao aborto seguro, da orientação sexual e identidade de gênero e outros correlatos. Manter a energia nessa agenda e persistir na direção de resistir aos ataques e, se possível, abrir novos rumos, é um dos desafios atuais importantes para um maior equilíbrio nos três pilares do desenvolvimento.

O *Forum Ungas AIDS Brasil* corrobora com as preocupações sobre a ausência dos direitos sexuais na agenda e recomenda que, na fase de construção de indicadores, sejam reafirmados os direitos humanos; o acesso universal ao tratamento, prevenção, cuidado e apoio para o HIV; que seja dada ênfase ao enfrentamento do racismo e da inequidade de gênero como dimensões estruturantes do desenvolvimento e que seja enfatizada a necessidade de estados laicos.

A *REBRAPD* nos lembra ainda que, na perspectiva plural do Plano de Ação de Cairo, as populações estão subpresentes nas metas atuais, e que o Brasil precisa defender, no processo de definição dos indicadores, que os temas correlatos à agenda de po-



pulação e desenvolvimento, centrais para garantir o cumprimento dos novos ODS, estejam presentes.

A respeito do debate sobre paz e segurança, o *Instituto Igarapé* avalia que um importante passo já foi dado na medida em que o Brasil deixou de se posicionar como contrário à inclusão de um objetivo específico nessa temática. No caso brasileiro, será importante frisar a universalidade do objetivo, o impacto da violência no desenvolvimento e o acesso universal à justiça. É preciso trabalhar mais com a linguagem em torno de Estado de Direito (*rule of law*) e paz/seurança, já que estes são atualmente importantes pontos de contestação. O desafio atual será encontrar uma linguagem adequada que seja aceita pelos distintos países.

Em relação à liberdade de expressão e à proteção da capacidade de organização e de participação das organizações da sociedade civil, a *Artigo 19* preocupa-se com o fato de o relatório final do GTA estar aquém do potencial que se vislumbrou durante suas negociações. Assim, apesar de saudar o anúncio referente à criação de um *Conselho Consultivo de Especialistas Independentes sobre a Revolução dos Dados para o Desenvolvimento Sustentável*, enfatiza que a revolução dos dados não alcançará êxito sem que ocorram melhorias substanciais em termos de abertura dos governos a seus cidadãos e sem que haja um ambiente propício para o espaço da cidadania, o qual permita que indivíduos, sociedade civil e comunidades possam saber, falar, participar e atuar livremente. Para que esse objetivo seja alcançado, os direitos à liberdade de informação, de imprensa, de associação e de reunião pacífica devem ser plenamente reconhecidos e possibilitados.

Finalmente, para fortalecer o acompanhamento da sociedade civil no próximo período de negociações, tendo em vista seu caráter internacional complexo, é fundamental ter fontes seguras sobre o que realmente acontece nas reuniões da ONU e, nesse sentido, maior transparência do processo é fundamental. Como destacado pela *Agenda Pública*, “precisamos ampliar nossa capacidade de participação e divulgação das informações e conseguir problematizar as ideias vindas de atores voltados para a privatização ou quase-privatização dos serviços públicos

(incluindo educação), que acabam tendo mais espaços tanto na própria ONU como na grande mídia, tornando o debate muito pouco plural”. Para que a participação das OSC seja efetiva e relevante, além de acompanhar o debate, é preciso fomentar políticas de participação social em todos os níveis.

Assim, a Abong, com apoio de vários parceiros, tem insistido que na segunda fase do processo pós-2015 o governo brasileiro defenda a construção de indicadores sobre a participação da sociedade civil, que considerem a existência ou não de um marco regulatório favorável ao trabalho das OSC, assim como a disponibilidade de financiamento público e sustentável para realização de suas ações em todos os níveis (global e nacionais).

VI. Comentários finais

Após o Seminário realizado em São Paulo e mesmo após a 69ª Assembleia Geral, que aprovou o documento produzido pelo Grupo de Trabalho Aberto, algumas questões seguem em aberto. Ainda há questionamentos sobre se o conjunto dos ODS propostos serão mesmo o motor de um planeta realmente sustentável e, do ponto de vista operativo, ainda não há muita clareza sobre como será a nova fase de negociação. No momento de fechamento desse texto, sabemos apenas que esta será coordenada pelos Representantes Permanentes da Dinamarca e Papua Nova Guiné e que será concluída entre os dias 28 e 30 de setembro de 2015.

Há, portanto, uma agenda intensa pela frente, que inclui calibrar os ODM com os ODS (sim, é bom ir se familiarizando com este novo acrônimo) e isso implica dizer que, ao mesmo tempo em que se constroem os novos Objetivos é necessário finalizar os atuais e, tudo isso, num contexto político e econômico cada vez menos favorável ou previsível.

Com os relatórios do Grupo de Trabalho Aberto e do Comitê de Peritos em Financiamento concluídos, espera-se, por exemplo, que o relatório do GTA seja o principal texto orientador dos próximos passos, ao mesmo tempo em que todos buscam influenciar o Relatório do secretário-geral, Ban Ki-moon, agendado para publicação em no-



vembro. Intensifica-se a tensão entre o papel dos Estados-membros e o do Secretariado da ONU, e a tensão entre os diferentes blocos de países seguirão fortes nesse cenário volátil, onde os desenvolvidos fazem o discurso da crise e, portanto, de dificuldade de financiamento. E pressionam tanto para que as economias emergentes financiem uma parte da conta quanto para que sejam intensificadas as parcerias com o setor privado, sem que sejam aprofundados mecanismos de *accountability* concretos para esse setor, o que põe em risco o papel de planejador e indutor do Estado. Não há dúvidas sobre o crescimento da influência do setor privado na agenda da ONU e, nesse contexto, o controle social talvez seja a única forma de via monitoramento nacional e incidência global, conseguir reduzir danos e fazer avançar um pouco mais a agenda de direitos e equidade.

No Brasil, em que pese a afirmação da Secretaria Geral da Presidência da República durante o Seminário “Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: o que está em jogo nestas negociações? Análises e estratégias da sociedade civil”,³⁸ sobre o esforço governamental em estabelecer processos de consultas junto à sociedade civil ou sobre a relevância das OSC para elaboração da posição brasileira³⁹ (cujo documento somente circulou pela primeira vez durante o Seminário); e mesmo com a afirmação de que “a participação social insere-se como objetivo de desenvolvimento sustentável (...) e que deve ser um princípio orientador das negociações”, vale registrar que a concretização desse objetivo, na prática ainda é um desafio. Por exemplo, foi bastante difícil conseguir a inserção de representantes da sociedade civil na delegação brasileira para a 69ª Assembleia Geral. Tamanha dificuldade, cuja superação demandou grandes esforços em diferentes níveis, demonstra o quanto importante e urgente é o estabelecimento de uma *instância formal* de diálogo entre a sociedade civil e o governo sobre Política Externa.

38 <<http://www.abong.org.br/noticias.php?id=7630>>; <<http://www.abong.org.br/final/download/programacaoatualseminarioODS.pdf>>.

39 <<http://www.itamaraty.gov.br/ods>>.

É importante, também, pontuar que a Agenda Pós-2015, devido ao seu amplo escopo temático, é uma oportunidade para *inclusão de novas organizações* no debate. Avançar para a redução das desigualdades e mudar os padrões de consumo e produção vai exigir um esforço amplo e coletivo do conjunto da sociedade planetária. Por isso, o fortalecimento da sociedade civil no controle social das políticas externas e na sua capacidade de articulação e incidência junto ao governo brasileiro e a outros governos estratégicos é fundamental e, nesse contexto, uma maior articulação da região latino-americana segue necessária. Mesmo pensando a curto prazo – menos de um ano, agora – tanto o cenário global quanto o nacional preocupam e, diante de tantas complexidades, a Agenda Pós-2015 apenas será uma oportunidade promissora se conseguirmos acompanhar de perto e influenciar o seu desenrolar nos próximos meses.

No Brasil, a articulação entre 27 ministérios não é algo simples e ainda há divergências em torno de algumas questões, incluindo os meios de implementação. Além disso, está claro que burocracia governamental dificulta a integração de ministérios para tratar de questões abrangentes e que houve pouco planejamento por parte do governo em relação à Agenda Pós-2015 e aos ODS. Globalmente, mesmo considerando a Agenda do Pós-2015 a partir de um conjunto de outras negociações em pauta na ONU, e mesmo sabendo que o consenso por vezes exige “uma posição mediana”, observamos que, em alguns temas já entramos “perdendo”.

O certo é que o debate que acontece na ONU hoje terá efeito sobre todos os aspectos e políticas globais, incluindo saúde, educação, segurança, mudanças climáticas, paz e energia. Ele vai resultar, na prática, na mobilização de bilhões de dólares durante os próximos quinze anos, recursos que, espera-se, serão traduzidos em melhores serviços e na garantia de direitos ainda inexistentes e inacessíveis para bilhões de pessoas em todo o mundo.

Mas a grande discussão de fundo, que preocupa a muitos dos movimentos sociais que acompanham a agenda, é que se fala muito em “objetivos sustentáveis” mas pouco parece estar em curso para se



reverter a tendência de *apenas continuar a manutenção desse status quo* que nos leva, sempre, a modelos insustentáveis e desiguais.

Por exemplo, curiosamente o Painel de Alto Nível de peritos convidados para assessorar o secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, no qual a ministra Izabela Teixeira representa o Brasil, recentemente divulgou uma carta aberta atualizando seu relatório do ano passado,⁴⁰ na qual é destacado o papel das empresas na consecução da agenda, ilustrando a tendência internacional para reforçar o papel do setor privado – mas o papel do Estado não é considerado. Além disso, mulheres, crianças e sociedade civil, por exemplo, não são referidas no texto. Num momento em que até mesmo o Comitê do Prêmio Nobel reconhece a importância dos direitos das mulheres e crianças, isso é surpreendente, para dizer o mínimo.

Os ODS, certamente, poderiam ser a grande oportunidade de romper com esse mantra, comprovadamente ineficaz, de que “apenas o crescimento econômico move o desenvolvimento”. Mas uma lição que, certamente, ainda não aprendemos com os ODM é a de que o planeta e as vidas que nele habitam não estão à venda. Lamentavelmente, ainda não convencemos os Estados-membros da ONU a enfrentar o desafio de reconstruir um mundo que progride lentamente, mas que, de fato, encontra-se repetidamente à beira do colapso – há, portanto, muito a ser feito. E a sociedade civil terá um peso fundamental nesse jogo de forças entre evoluir e avançar ou estagnar e retroceder.

40 <<http://www.uclg.org/en/media/news/high-level-painels-open-letter-un-secretary-general>>.



Alessandra Nilo depois de entregar o alerta vermelho da sociedade civil na décima sessão do Grupo de Trabalho Aberto, que aconteceu em abril de 2014.



Foto da mesa de abertura do seminário “Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: o que está em jogo nestas negociações? Análises e estratégias da sociedade civil”, que contou com Alessandra Nilo, Damien Hazard, Gonzalo Berron e Iara Pietricovsky.



Alessandra Nilo e André Calixtre debatendo na mesa “Roda de diálogo com o governo”, no seminário: “Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: o que está em jogo nestas negociações? Análises e estratégias da sociedade civil”.



Reunião dos grupos de parceiros sobre os ODS, que aconteceu no dia 9 de setembro.



Autores

Alessandra Nilo é jornalista, coordenadora da ONG Gestos – Soropositividade, Comunicação e Gênero e diretora estadual da Abong em Pernambuco. Ela é membro da Força Tarefa de Alto Nível para ICPD (www.icpdtaskforce.org) e representa a sociedade civil da América Latina e Caribe no Conselho Diretor da UNAIDS, além de ser Secretaria Regional da LACCASO - Conselho Latinoamericano e Caribenho de ONG/AIDS (www.laccaso.net)

Damien Hazard é economista, coordenador da Associação Vida Brasil e diretor executivo da Abong, membro do Conselho Internacional do Fórum Social Mundial e do conselho facilitador do Fórum Internacional de Plataformas Nacionais de ONGs (FIP).

Responsável

Friedrich-Ebert-Stiftung (FES) Brasil
Av. Paulista, 2011 - 13º andar, conj. 1313
01311 -931 | São Paulo | SP | Brasil
www.fes.org.br

Friedrich-Ebert-Stiftung (FES)

A Fundação Friedrich Ebert é uma instituição alemã sem fins lucrativos, fundada em 1925. Leva o nome de Friedrich Ebert, primeiro presidente democraticamente eleito da Alemanha, e está comprometida com o ideário da Democracia Social. Realiza atividades na Alemanha e no exterior, através de programas de formação política e de cooperação internacional. A FES conta com 18 escritórios na América Latina e organiza atividades em Cuba, Haiti e Paraguai, implementadas pelos escritórios dos países vizinhos.

Abong

A Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais – Abong, fundada em 10 de agosto de 1991, é uma sociedade civil sem fins lucrativos, democrática, pluralista, antirracista e antissexista, que congrega organizações que lutam contra todas as formas de discriminação, de desigualdades, pela construção de modos sustentáveis de vida e pela radicalização da democracia.

As opiniões expressas nesta publicação
não necessariamente refletem as da
Fundação Friedrich Ebert.

O uso comercial dos meios publicados pela
Fundação Friedrich Ebert não é permitido
sem a autorização por escrito.